



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO



HABEAS CORPUS n.º 203627-7- Toritama (Vara Única)  
IMPETRANTE: Advs. José Augusto Branco e Hécio França.  
PACIENTE: **Maria Verônica Silva Aragão de Albuquerque.**  
RELATORA: Des. Helena Caúla Reis.  
RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho.  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Renato da Silva Filho.  
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

116

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA DENÚNCIA. PRESENÇA DOS REQUISITOS CONTIDOS NO ARTIGO 41 DO CPP. INDÍCIOS DE PARTICIPAÇÃO DIRETA DA PACIENTE NOS ATOS DE SONEGAÇÃO FISCAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO DIREITO DE AMPLA DEFESA. DENEGAÇÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.

I - A peça acusatória narra, detalhadamente, a sonegação fiscal praticada pelos denunciados, os quais, através de atos administrativos ilícitos, acabaram por causar grave dano ao fisco Estadual, sendo certo que a paciente, conforme o contrato social da empresa envolvida, era a detentora do poder administrativo da mesma. Assim, não é o simples fato da ré figurar como sócia da empresa envolvida que lastreou a acusação, mas, sim, a sua comprovada ingerência administrativa na mesma, o que traz sérios indícios de sua atuação direta na sonegação levada a efeito.

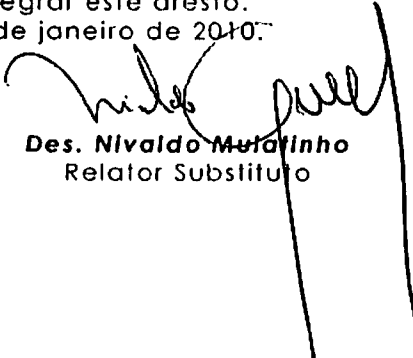
II - O fato de a denúncia mostrar-se, a princípio, genérica, sem a particularização exata das condutas dos co-réus, segundo entendimento jurisprudencial pacífico, não impede o ajuizamento da respectiva ação penal, devendo tal peça ser assim considerada idônea, desde que se demonstrem claros os termos da acusação e, por isso mesmo, seja permitido aos réus o pleno exercício do direito de defesa.

II - Ordem denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

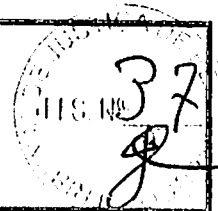
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus n. 203627-7, em que figuram como partes as retronominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão de 27/01/2010, à unanimidade de votos, em denegar a ordem pleiteada, nos termos do relatório e voto que seguem em anexo e que passam a integrar este acórdão.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

  
Des. Nivaldo Mulatinho  
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO



HABEAS CORPUS n.º 203627-7- Toritama (Vara Única)

IMPETRANTE: Advs. José Augusto Branco e Hécio França.

PACIENTE: **Maria Verônica Silva Aragão de Albuquerque.**

117

RELATORA: Desa. Helena Caúla Reis.

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Nivaldo Mulatinho.

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Renato da Silva Filho.

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

### RELATÓRIO

Os Advs. José Augusto Branco e Hécio França, inscritos na OAB-PE, respectivamente, sob os n.ºs 16.464 e 21.728, ajuizaram, com arrimo nos artigos 5º, incisos LXVIII, da Constituição Federal, 647 e 648, inciso I, do Código de Processo Penal, pedido de Ordem de Habeas Corpus, em favor de **Maria Verônica Silva Aragão de Albuquerque**, qualificada às fls. 02 dos autos. A autoridade apontada como coatora é o Exmo. Sr. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Toritama.

Requerem os impetrantes, através do presente writ, o trancamento da ação penal nº 455.2001.00018-3, face à suposta inépcia da peça acusatória, que, segundo suas alegações, não descreve qualquer conduta omissiva e/ou comissiva atribuível à paciente, tendo sido ela incluída no rol da acusação apenas por ser sócia da empresa Clemente Têxtil Ltda., onde se verificou a prática de sonegação ao fisco Estadual.

A autoridade impetrada prestou as devidas informações (fls. 24/25).

O Ministério Público, em parecer da lavra do Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Renato da Silva Filho, opinou pela denegação da ordem (fls. 31/32).

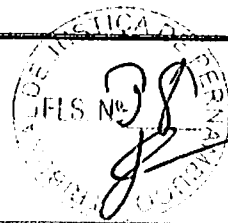
É o relatório.

### VOTO

Infere-se dos autos que a paciente Maria Verônica Silva Aragão de Albuquerque foi denunciada, em 13.11.01, juntamente com outro indivíduo, como incurso nas penas dos artigos art. 1º, incisos I e II, e 2º, inciso II, c/c art. 11, todos da Lei 8.137/1990, sob a acusação, em síntese, de supressão do pagamento de ICMS sobre a circulação dos bens comercializados pela empresa da qual é sócia, denominada Clemente Têxtil Ltda.



118



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

A peça acusatória narra, detalhadamente, a sonegação fiscal praticada pelos denunciados, os quais, através de atos administrativos ilícitos, acabaram por causar grave dano ao fisco Estadual, no montante calculado em R\$ 289.672,95 (duzentos e oitenta e nove mil, seiscentos e setenta e dois reais, e noventa e cinco centavos). A peça artrial é clara ao apontar dia e hora das autuações levadas a efeito pela autoridade competente, oportunidades em que foram constatadas as atitudes ilícitas praticadas pelos denunciados, consubstanciadas na supressão do imposto Estadual e na emissão de notas fiscais de forma irregular, diante da situação de inidoneidade da referida empresa perante a Secretaria da Fazenda do Estado.

Restou consignado, ainda, na Denúncia, que a paciente, conforme o contrato social da Clemente Têxtil Ltda., era o **detentora do poder administrativo** da mesma, o que motivou sua acusação.

Assim, claro está que não é o simples fato de a paciente figurar como sócia da empresa envolvida que lastreou a acusação, mas, sim, a sua comprovada ingerência administrativa na mesma, o que traz sérios indícios de sua atuação direta na sonegação levada a efeito.

Logo as argumentações aqui esposadas não merecem guarida. A denúncia preenche os requisitos constantes em Lei, não havendo que se falar em inépcia de seu teor, e/ou em cerceamento do amplo direito de Defesa,

Ressalte-se, apenas a título ilustrativo, que o fato de a denúncia mostrar-se "genérica", sem a particularização exata das condutas dos co-réus, segundo entendimento jurisprudencial pacífico, não impede o ajuizamento da respectiva ação penal, devendo tal peça ser assim considerada idônea, desde que se demonstrem claros os termos da acusação e, por isso mesmo, seja permitido aos réus o pleno exercício do direito de defesa

Nesse sentido:

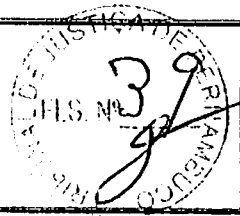
**"PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. DELITO SOCIETÁRIO. DENÚNCIA. IMPUTAÇÃO GENÉRICA. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. AÇÃO PENAL. TRANCAMENTO. FALTA DE JUSTA CAUSA. IDONEIDADE DA DENÚNCIA. OMISSÕES SUPRÍVEIS ANTES DA SENTENÇA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL DESCARACTERIZADO. ORDEM DENEGADA.**

**1. É idônea a denúncia que narra crime de autoria coletiva, sem a particularização das condutas dos agentes, mas que permite o exercício da ampla defesa.**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

119

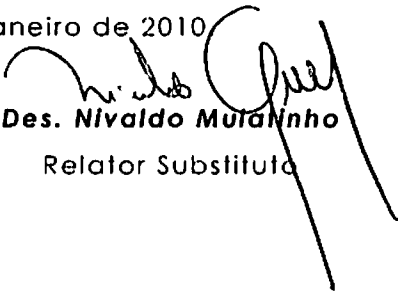


2. O trancamento da ação penal pela via do *habeas corpus* é medida de exceção que só se admite quando evidenciada, de plano, a atipicidade do fato, a ausência de indícios que fundamentem a acusação ou, ainda, a extinção da punibilidade.
3. Há elementos nos autos a indicar a participação da paciente na gestão da sociedade, não se caracterizando a inépcia da denúncia.
4. Recurso a que se nega provimento". (RHC 16244/PR. Relator: Ministro OG FERNANDES. Órgão Julgador: T6 - SEXTA TURMA. Data do Julgamento. Data do julgamento: 01/07/2008).

Importante referir que, segundo informou a magistrada de primeiro grau, os fatos narrados na exordial já foram objeto de longa instrução da causa, iniciada ainda no ano de 2001, estando o processo em vias de ser finalizado, especificamente na fase de apresentação de alegações finais pelas partes.

Desse modo, e desnecessárias maiores digressões, meu voto é pela denegação da ordem.

Recife, 27 de janeiro de 2010

  
Des. Nivaldo Mulatinho

Relator Substituto